



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0005521-86.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado**
 Documento de Origem: **CF, OF - 2149/2014 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 1047/2014 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JOSÉ MARCIO CIPRIANO e outro**
 Vítima: **Andre Luis Lindquist Figueredo e outro**

Réu Preso

Aos 19 de agosto de 2014, às 16:20h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente os réus RODRIGO DA SILVA e JOSÉ MARCIO CIPRIANO, acompanhados de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. Prosseguindo, foram ouvidas as vítimas e interrogado os réus. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências.** Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a DRA. PROMOTORA:** "MM. Juiz: JOSÉ MÁRCIO CIPRIANO, qualificado às fls.12, com foto as fls. 48 e RODRIGO DA SILVA, qualificado a fls.15, com foto as fls.49, foram denunciados como incurso nas penas do artigo 157, *caput*, c.c. artigos 29 e 70, todos do Código Penal, porque em 03.06.2014, por volta de 01h15, na rua Miguel Petroni, altura do nº 581, próximo a USP, previamente ajustados e agindo em unidade de condutas, subtraíram para si, uma mochila contendo uma calculadora científica e outros bens descritos, apreendidos as fls.21/22 e avaliados as fls.34/35. A ação é procedente. A materialidade está devidamente comprovada pelo auto de prisão em flagrante de fls.02, pelo auto de exibição e apreensão de fls.21/22, pelo auto de avaliação de fls.34/35. As vítimas confirmaram a ocorrência do roubo, que foi praticado em concurso de agentes, já que ambos os réus abordaram as vítimas, anunciando o assalto, tendo ocorrido violência física. Em seguida os réus fugiram em poder da *res*. O réu restou consumado, já que os réus tiveram a posse mansa e pacífica dos bens roubados. Ouvidos em juízo, os réus confessaram a prática dos delitos. O policial militar ouvido em audiência também confirmou o roubo e o encontro dos bens (fls.88). Ante do exposto, requeiro a procedência da ação, nos exatos termos da denúncia, ressaltando-se que o concurso de agentes está descrito na denúncia, apesar de não estar capitulado na parte final da denúncia, não restando nenhum prejuízo para a defesa. O réu Rodrigo é primário (fls.56/57). Já Jose Márcio é reincidente, sendo que o mesmo estava cumprindo pena no



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

regime aberto (fls.58/64, fls.97-condenação por extorsão). Em relação a Jose Márcio, sendo o mesmo reincidente, deverá ser fixado o regime inicial fechado para o cumprimento de pena. **Dada a palavra à DEFESA:**”MM. Juiz: Os réus são confessos e a confissão harmoniza-se com o restante da prova. Em que pese a capitulação da denúncia, existe a nítida descrição da majorante do concurso de agentes, igualmente confessado. Como houve rápida recuperação dos bens, com ausência de prejuízo às vítimas, requer-se o reconhecimento da tentativa, ainda que com a aplicação mínima da redução. Na dosimetria da pena, requeiro, na primeira fase, a fixação para ambos na pena-base. Na segunda fase, o reconhecimento da atenuante da confissão espontânea. Para José Márcio a confissão deve ser compensada com a reincidência, mantendo a pena no mínimo legal. Na terceira fase, requer-se o reconhecimento da tentativa, conforme já observado. O regime inicial poderá ser o semiaberto para Rodrigo da Silva, eis que primário e de bons antecedentes, assim como para José Márcio Cipriano, no caso dele, observando-se a Súmula 269 do STJ. Encerrada a instrução e não podendo a prisão cautelar assumir atributos típicos de pena, requer a concessão do direito de apelar em liberdade. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:**”VISTOS. JOSÉ MÁRCIO CIPRIANO, qualificado às fls.12, com foto as fls. 48 e RODRIGO DA SILVA, qualificado a fls.15, com foto as fls.49, foram denunciados como incursos nas penas do artigo 157, *caput*, c.c. artigos 29 e 70, todos do Código Penal, porque em 03.06.2014, por volta de 01h15, na rua Miguel Petroni, altura do nº 581, próximo a USP, previamente ajustados e agindo em unidade de condutas, subtraíram para si, uma mochila contendo uma calculadora científica e outros bens descritos, apreendidos as fls.21/22 e avaliados as fls.34/35. Recebida a denúncia (fls.55), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.75). Em instrução foi ouvida uma testemunha comum (fls.88). Nesta audiência foram ouvidas as vítimas e interrogado os réus. Houve a desistência da inquirição do policial militar Lucas. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação, com fixação do regime fechado para José Márcio. A defesa pediu o reconhecimento da tentativa, pena mínima, fixação do regime semiaberto para ambos os réus, além do reconhecimento da confissão. **É o Relatório. Decido.** Os réus são confessos. A prova oral reforça o teor da confissão. Não há dúvida sobre a autoria e materialidade do crime. O roubo foi consumado. Os acusados efetivamente retiraram os objetos da vítima e tiveram, por algum tempo, a posse desvigiada, fato mencionado no depoimento do policial Alexsandro (fls.88), que encontrou a mochila da vítima já no local onde estava José Márcio, deitado, aparentemente na sua casa. Em favor dos réus existe a atenuante da confissão. O réu Rodrigo da Silva é primário e de bons antecedentes e José Márcio é reincidente (fls.97). O crime foi cometido em concurso de agentes e a causa de aumento está descrita na denúncia, operando-se a *ementatio libelli*, nos termos do artigo 383 do CPP. Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** a ação e **a) condeno** José Márcio Cipriano como incurso no art.157, §2º, II, c.c. artigo 61, I, e artigo 65, III, “d”, do Código Penal; **b) condeno** Rodrigo da Silva como incurso no art.157, §2º, II, c.c. artigo 65, III, “d”, do Código Penal. Passo a dosar as penas. **a) Para José Márcio Cipriano:** Atento aos critérios do art.59 do Código Penal, fixo-lhe a pena-base no mínimo legal de 04 (quatro) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, calculados cada um na proporção de um trigésimo do


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária, já considerada a atenuante da confissão que se compensa com a agravante da reincidência e mantém a sanção inalterada. Em razão da causa de aumento do concurso de agentes, elevo a sanção em 1/3, perfazendo a **pena definitiva de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, mais 13 (treze) dias-multa, no mínimo legal**. Diante da reincidência, a pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em **regime fechado**, nos termos do art.33, e parágrafos, do Código Penal, considerado proporcional, necessário e suficiente para a reprovação e prevenção contra a prática de novas infrações. Não há alteração de regime em razão do artigo 387, §2º, do CPP. **b) Para Rodrigo da Silva:** Atento aos critérios do art.59 do Código Penal, fixo-lhe a pena-base no mínimo legal de 04 (quatro) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, calculados cada um na proporção de um trigésimo do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária, já considerada a atenuante da confissão que não pode trazer a sanção abaixo do mínimo. Em razão da causa de aumento do concurso de agentes, elevo a sanção em 1/3, perfazendo a **pena definitiva de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, mais 13 (treze) dias-multa, no mínimo legal**. Sendo primário e de bons antecedentes, a pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em **regime semiaberto**, nos termos do art.33, e parágrafos, do Código Penal, considerado proporcional, necessário e suficiente para a reprovação e prevenção contra a prática de novas infrações. Não há alteração de regime em razão do artigo 387, §2º, do CPP. Estando presos, os réus não poderão apelar em liberdade. A existência de crime cometido na via pública, contra transeunte, vem assustando a comunidade e, por isso, com o aumento da violência, afronta-se a garantia da ordem pública, que justifica a prisão cautelar e por aquelas mencionadas a fls.46 do apenso. Não há custas nessa fase, por serem os réus beneficiários da justiça gratuita e defendidos pela Defensoria Pública. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, CARLOS ANDRE GARBUGLIO, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público:

Réus: